

GLOBALIZAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA NA COLÔMBIA

Manuel Felipe Martinez¹

RESUMO: O Objetivo desse trabalho é analisar os efeitos da globalização no mercado de trabalho e na distribuição funcional da renda na Colômbia. Ao longo das últimas décadas, se deram 3 ondas de reformas de liberalização econômica e flexibilização trabalhista que geraram menos empregos, cada vez mais informais e de menor qualidade, com uma parcela crescente de empregados vulneráveis e subempregados, com menores remunerações relativas e maior desigualdade. Essas condições deterioraram a distribuição funcional da renda ao reduzir a parcela dos salários no PIB, como resultado de um menor poder de barganha do trabalho que impede indexar o crescimento dos salários reais à produtividade do trabalho.

Palavras chave: Globalização, mercado de trabalho, precarização, desigualdade.

ABSTRACT: The objective of this paper is to analyze the effects of globalization on the labor market and the functional distribution of income in Colombia. Over the last decades, there have been three waves of economic liberalization and labor flexibilization reforms that have generated less and less informal jobs, with an increasing share of vulnerable and underemployed workers, with lower relative remuneration and greater inequality. These conditions deteriorated the functional distribution of income by reducing the share of wages in GDP as a result of a lower bargaining power of labor that prevents indexing real wage growth to labor productivity.

Key words: Globalization, labor market, precariousness, inequality.

1. INTRODUÇÃO

As transformações econômicas que aconteceram nas últimas décadas, tanto internacional, quanto localmente, determinam as condições e o comportamento dos agentes econômicos, suas relações e decisões. Desde o colapso de Bretton Woods até o presente, o capitalismo contemporâneo passou por significativas mudanças em todas as suas esferas, as quais impuseram comportamentos e tendências aos mercados e instituições. A etapa da globalização, na qual se desenvolveu um padrão sistêmico de acumulação do capital, conhecido como financeirização (BRAGA *et al*, 2018; BELLUZZO, 2013),

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico na Área de Economia Social e do Trabalho e doutorando em Desenvolvimento Econômico. E-mail: manuef.martinez91@gmail.com
O Autor agradece a Gabriel Sobral Escada por suas contribuições e revisão do texto.

baseado na desregulamentação dos mercados, na eliminação das barreiras comerciais e no fluxo de capitais, que condicionam as relações sociais e produtivas entre os fatores (CHESNAIS, 1996).

A abertura dos mercados e a mudanças no padrão de concorrência coexistem com a tendência aos monopólios de corporações financeiras e produtivas (TAVARES Y BELLUZZO, 2004) que enfraquecem a força dos sindicatos e dos trabalhadores autônomos, eliminando os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores, considerados um obstáculo ao funcionamento das leis da concorrência do capitalismo contemporâneo (BALTAR e KREIN, 2013). No fim, a "ruptura do contrato social" fundado sobre a remuneração dos fatores equivalentes à sua produtividade ocorre em todo o mundo. A produtividade cresce acima do nível da remuneração do trabalho e, conseqüentemente, a participação dos salários no PIB (ou *Wage Share*) diminui tanto nos países desenvolvidos, quanto nos periféricos (BELLUZZO, 2017; GUSCHANSKI e ONARAN, 2017).

Os canais através dos quais a globalização altera a assimetria de negociação entre trabalho e capital em uma economia periférica estão relacionados às características intrínsecas da globalização do capital e a sua estrutura econômica e monetária. Há quatro principais canais: (1) a financeirização, como padrão sistêmico de acumulação na globalização, por meio da maximização do valor do acionista, da arbitragem e da avaliação financeira da riqueza, e do endividamento das famílias². Já os segundo e terceiro canais são derivados da integração dependente das economias periféricas no atual Sistema Monetário Internacional hierarquizado (DE CONTI e PRATES, 2016); (2) a assimetria financeira altera o poder de barganha do capital em relação ao trabalho e se manifesta concretamente em conflitos distributivos assimétricos nos períodos de expansão e contração dos ciclos de liquidez global, assim como nos momentos de instabilidade financeira e desequilíbrios macroeconômicos³; (3) a assimetria macroeconômica, relacionada a ausência de soberania na política macroeconômica dos países periféricos, onde se percebe uma alta volatilidade na taxa de juros e de câmbio, há efeitos sobre os salários reais e na distribuição funcional da renda. No caso da taxa de câmbio, segundo Brancaccio (2014) a desvalorização do tipo de câmbio aumenta o preço dos bens importados e, portanto, leva a uma queda dos salários reais e reduz sua participação no PIB. A magnitude estimada do efeito da desvalorização sobre os salários e a distribuição está relacionada a dependência da economia das importações, da capacidade das empresas de refletir mudanças nos preços de importação para os consumidores e da incapacidade dos trabalhadores de indexar salários à inflação⁴.

² Para aprofundamento sobre os canais da financeirização no mercado de trabalho, ver DUNHAUPT 2013; KOHLER, GUSCHANSKI e STOCKHAMMER, 2018; LAZONICK e O'SULLIVAN, 2000; PANICO et al., 2012; LAPAVITSAS, 2009.

³ Sobre os efeitos da assimetria financeira e o maior grau de mobilidade do capital na globalização, ver DIWAN, 2001; HARRISON, 2002; LEE e JAYADEV, 2005; BLECKER, 2008; SARMIENTO, 2014.

⁴ Para análise e evidencia dos efeitos da taxa de câmbio nos salários e distribuição funcional da renda, ver ONARAN (2009).

No caso dos efeitos da taxa de juros, Moreno (2014) afirma que, a médio prazo, se espera que as empresas ajustem suas margens de lucro, o que reduz o salário real e a participação dos trabalhadores na renda nacional. Se o aumento das taxas de juros reduzir a demanda agregada e as empresas reduzirem o emprego, as organizações sindicais verão seu poder de barganha reduzido como resultado do aumento do desemprego, o que leva os salários a crescer abaixo da produtividade, reduzindo desta forma a participação dos trabalhadores na renda (MORENO, 2014);

Finalmente (4), a assimetria produtiva, como resultado da divisão internacional do trabalho e da produção dominada por corporações financeiras nas Cadeias Produtivas Globais, lhes permite maior apropriação do valor agregado, bem como maior controle e domínio dos avanços tecnológicos (SEFARTI, 2011, HIRATUKA & SARTI, 2017). Como resultado, as grandes empresas controlam as atividades lucrativas da cadeia, gerando pressão sobre os produtores intermediários para compensar a redução de sua margem de lucro com rebaixamento salarial, em um processo conhecido como "Race to the Bottom" em um ajuste para baixo que reduz a participação dos salários no PIB⁵.

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da globalização no mercado de trabalho e na distribuição funcional da renda na Colômbia. Para este propósito, se realizará, resumidamente, uma análise das mudanças e das trajetórias das variáveis macroeconomias em três períodos da globalização na Colômbia: i) fase preliminar, que começa com as primeiras reformas de ajustamento na década de 1980, ii) fase de abertura econômica a partir de 1990, na qual são realizadas as reformas inspiradas no Consenso de Washington que se estende até a crise econômica de 1999; iii) fase de consolidação e aprofundamento das reformas neoliberais a partir de 2002 até o presente. Em cada fase serão analisadas, brevemente, as mudanças nas políticas macroeconômicas, regimes monetários, cambiais e tributários, bem como mudanças na legislação trabalhista e previdenciária dos trabalhadores na Colômbia (Seção 2).

Por fim, se faz uma análise descritiva das principais variáveis do mercado de trabalho, evidenciando os efeitos da globalização nas relações de trabalho e na qualidade dos empregos e remunerações durante a periodização previamente definida (Seção 3). Após isso, estuda-se o comportamento da participação do salário no PIB (medida da distribuição funcional da renda) como variável de resultado que absorve informações das mudanças no mercado de trabalho, o poder de barganha do trabalho e a capacidade de indexar o crescimento dos salários reais à produtividade do trabalho (Seção 4). Na última seção se conclui o trabalho e são apresentadas algumas considerações finais.

⁵ Para mais, ver ONARAN e GUSCHANSKI, 2018; UNCAD, 2017; COX y WARTENBE, 2018.

2. FASES DA GLOBALIZAÇÃO NA COLÔMBIA

As profundas transformações pelas quais a economia colombiana passou ao longo das últimas 4 décadas podem ser periodizadas com base em diferentes critérios, como as ondas de reformas de liberalização e flexibilização (SUAREZ, 2015), os estágios de financeirização (GUEVARA, 2015) e os ciclos de crescimento econômico (OCAMPO, 2015). Em vários estudos e investigações recentes sobre a economia colombiana durante a globalização, eles coincidem em pelo menos três etapas: uma fase preliminar que começa nas primeiras reformas de ajuste nos anos 80 até o final dessa década, uma segunda etapa que começa com as reformas de abertura em 1990 e terminando com a crise econômica de 1999, e finalmente uma que teve início nos anos 2000 e se estende até o presente.

- **Primeira etapa preliminar (1975 - 1990)**

Este primeiro período é considerado como uma etapa de transição do modelo de desenvolvimento anterior, baseado na industrialização por substituição de importações (ISI), para um modelo de liberalização econômica imposto nos anos noventa. Durante 1974 e nos anos de 1979 e 1980, ocorrerem as primeiras medidas de liberalização e desregulamentação financeira, que coincidiram com decisões de política econômica durante uma conjuntura macroeconômica internacional e nacional favorável, relacionada ao boom da segunda metade da década de 1970. O ciclo financeiro terminou na primeira metade da década de oitenta, quando as condições externas e internas se deterioraram rapidamente, precipitando uma crise aguda na primeira metade da década, seguida de uma recuperação lenta e instável, dando origem à chamada "década perdida", que vai até o início do segundo período (MISAS, 2002).

Através da "poupança forçada", as autoridades econômicas do país controlaram a taxa de câmbio e a inflação a partir da moderação dos efeitos monetários expansionistas da acumulação de reservas internacionais. Os rígidos controles sobre empréstimos estrangeiros (público e privado), permitiram controlar o crédito e manter a restrição monetária. Por outro lado, as reformas financeiras, criaram uma espiral de circulação financeira que acelerou o processo de centralização e concentração do capital, apoiada por um aumento na taxa de juros que alterou as taxas de retorno e incentivou a transferência de setores produtivos para o financeiro (GUEVARA, 2015). As tentativas de liberalizar o setor financeiro, a maior transferência de setores produtivos para o financeiro e um comportamento especulativo dos agentes na bonança, são elementos preliminares de um processo de financeirização da economia colombiana, que seriam confirmados na espiral da circulação financeira sem acumulação de capital de novos ativos, na segunda metade dos anos 70, como é levantada por Misas (2002).

Em um ambiente de expansão do financiamento internacional, a Colômbia aumentou seu endividamento externo, embora tardiamente (ao contrário do México, do Brasil e da Argentina), o

que foi agravado pelo choque das taxas de juros da Federal Reserve dos Estados Unidos em 1979; que mais do que triplicou a dívida externa que era de US \$ 5.000 milhões em 1978 e passou a ser de US \$ 16.000 em 1986 (OCAMPO, 2015). Diante de um panorama de altas taxas de juros nos EUA, a reversão e a restrição dos fluxos internacionais de capital geraram uma profunda deterioração nas contas externas e internas, que foram acompanhadas pela perda de confiança nas instituições financeiras estrangeiras e na capacidade de pagamento dos países da região. Nem a política fiscal expansiva, nem o boom financeiro interno e nem o ciclo de crédito que o acompanhou, traduziram-se em maior crescimento econômico, pelo contrário, a economia se contraiu em 1982 para um crescimento de 1%, dando início a crise.

A acelerada e profunda deterioração da conta corrente (que passou de um superávit de 2% em 1977 para um déficit de 7% em 1983) foi acompanhada por uma forte desvalorização da taxa de câmbio (OCAMPO, 2015). A inflação voltou com maior força em um contexto de instabilidade gerando déficits externos e menores preços do café. As políticas de ajuste à crise da dívida externa basearam-se no aumento da taxa de juros, alimentadas por incertezas nos restritos mercados internacionais de capitais e pela liberalização interna que foi mantida; ajuste fiscal moderado com a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA); reversão da abertura comercial com o aumento das tarifas de importação; maior controle de capital e aceleração da desvalorização da taxa de câmbio para balancear a balança de pagamentos e a transferência de recursos para o pagamento de obrigações internacionais, juntamente com uma forte perda de reservas internacionais. Todas essas políticas foram recomendações do Fundo Monetário Internacional para garantir o pagamento e a reestruturação da dívida externa (MISAS, 2002).

A década terminaria com uma recuperação medíocre sustentada por uma pequena bonança cafeeira em 1986, maior concentração do capital baseada nos auto-empréstimos e, políticas contra a “repressão financeira” que acabaram favorecendo a especulação e a consolidação das vantagens dos blocos de poder local (GUEVARA, 2015). No final da década ficou evidente a incapacidade das instituições econômicas de controlar as maiores flutuações dos fluxos internacionais de capitais em um contexto de crescente liberalização financeira que gerou forte pressão sobre a taxa de juros e fragilizou os balanços das empresas e famílias (MISAS, 2002).

Em relação ao mercado de trabalho, é importante esclarecer que, nas décadas de setenta e oitenta, as instituições de trabalho criadas entre os anos de 1930 e 1960 foram mantidas, o que permitiu o cumprimento do Código Substantivo do Trabalho (CST). No entanto, as estruturas sociais e trabalhistas fragmentadas, desiguais e estruturalmente heterogêneas, fizeram com que os benefícios salariais (como a convenção coletiva) fossem destinados a apenas uma parcela da classe trabalhadora que estava nas grandes empresas e no Estado (setor "moderno"), enquanto a maioria dos trabalhadores

se encontravam no setor informal (MISAS, 2002). Embora, durante a "década perdida" se viu uma produtividade do trabalho estagnada, os salários reais mais baixos e a piora na distribuição de renda e riqueza, foram aprofundados por políticas de ajuste macroeconômico que geraram maior tensão no conflito distributivo (inflação), que junto ao maior desemprego, não favoreceu as pretensões dos trabalhadores durante aquela década (MORENO, 2017).

- **Segunda fase de liberalização (1991 - 2002)**

A crise da dívida externa na América Latina da década anterior e a crise financeira local criaram um contexto para a virada neoliberal sob as recomendações condensadas no Consenso de Washington⁶. Estas reformas materializaram-se durante os primeiros cinco anos dos anos noventa, principalmente numa nova Constituição política em 1991 (considerando as reformas de primeira geração) e mais tarde em sucessivas reformas entre 1993 e 1996 (reformas de segunda geração).

Em essência, as reformas estavam orientadas para a determinação da autonomia do Banco da República, estabelecendo como única responsabilidade o controle da inflação, com base em uma visão abertamente monetarista; liberalização e desregulamentação da conta de capitais e da conta financeira de acordo com o livre fluxo de capital do Sistema Monetário Internacional e ascensão do ciclo financeiro internacional; uma abertura comercial forte e rápida baseada em uma reforma tarifária; a flexibilização dos controles de câmbio com a criação de um mercado livre e outro regulado, para eliminar o monopólio e a centralização do BanRep na realização de operações no mercado de câmbio, o que abriu a possibilidade de operações especulativas contra o peso colombiano; disciplina fiscal, definindo prioridades para gastos públicos direcionados junto a reformas tributárias regressivas; maior garantia aos direitos de propriedade e numerosas privatizações de empresas estatais, bancos públicos e outros serviços sociais, como a previdência social, que passam a ter um controle parcial e crescente do capital financeiro nacional e estrangeiro; uma reforma trabalhista (Lei 50 de 1990) que iniciou um longo mas intenso caminho para a flexibilização do mercado de trabalho (que será analisado em detalhe na próxima seção). Todos esses elementos confirmam que, nesse estágio, a financeirização da economia colombiana está se consolidando, entrando na globalização "formal" (MISAS, 2002, OCAMPO, 2015, GUEVARA, 2015).

Determinar as etapas do comportamento dos fluxos de capital na Colômbia, permite compreender o ciclo econômico e financeiro que terminou com a maior crise na história do país em 1999, o que está intimamente ligado à liberalização econômica.

⁶ Todas as práticas de política macroeconômica neoliberais destinadas a gestão econômica interna que surgiram na década de 1990 para além do texto de John Williamson (1989), adotado também como cartilha de política macroeconômica para todos os países e não apenas para os países da América Latina”

A primeira fase abrange o período de 1990 a 1997, onde se apresentou um aumento dos fluxos de capital para o país, com significativos fluxos de capital de curto prazo entre 1993 e 1995, acompanhadas de fortes entradas de capitais através de Investimento Direto Estrangeiro e endividamento externo entre 1996 e 1997. É importante notar que uma parcela significativa destes capitais entrou no país como parte do processo de privatização em setores como bancos, energia e telecomunicações.

A segunda etapa está associada a saída de capitais depois de 1998, o que se prolongou até 2002. Os fluxos de capital e especialmente os fluxos de curto prazo saíram do país com as crises asiática e russa de 1997 e 98, respectivamente, e pela deterioração dos termos de troca. Esse contexto internacional agravou a situação macroeconômica do país e foi parte fundamental da crise de 1999. Este comportamento cíclico da conta de capitais mostra a dimensão da assimetria financeira e macroeconômica nas economias periféricas, onde o “boom” financeiro resulta em estruturas mais arriscadas (MINSKY, 1992) e, portanto, resulta em um “bust” como o de 1999. De fato, o boom nos fluxos de capital, junto às reformas financeiras e bancárias, gerou uma expansão do crédito instável: a carteira no PIB cresceu de 20% em 1990 e quase 35% do PIB em 1998 (GUEVARA, 2015).

A partir de 1992, a Colômbia acumulou déficits em conta corrente crescentes (no patamar de 7% do PIB entre 93 e 98), juntamente com a valorização real da taxa de câmbio regressiva (30% entre 1992 e 1997) que afetou estruturalmente os setores produtivos nacionais para o barateamento das importações. A introdução de uma faixa cambial para controlar a taxa de câmbio e tentar evitar uma desvalorização recessiva e as pressões inflacionárias, foi contrabalanceada por fortes ataques especulativos contra o peso colombiano. Isso levou o BanRep a elevar as taxas de juros para um dos níveis mais altos da história, reforçando as pressões recessivas. Aqueles que tinham dívidas e passivos em dólares também foram prejudicados, dada a forte desvalorização real do câmbio (aproximadamente 30% entre 1997 e 2000) (OCAMPO, 2015; GUEVARA, 2015).

Essa situação levou a Colômbia a declarar a estado de emergência econômica em 1999, entrando na maior crise de sua história: o PIB caiu 4,5%, o desemprego subiu para 20% e a informalidade cresceu para níveis acima de 40%. A desindustrialização e a quebra do setor agrícola foram intensas e resultaram em perda de significativa participação no PIB (a indústria passou de 22% para 14% entre 1992 e 2000, enquanto a agricultura passou de 22% para 7% no mesmo período). O PIB *per capita* só recuperaria o patamar de 1997 em 2003, razão pela qual esse período de consolidação da financeirização e da globalização se estendeu até aquele ano (MISAS, 2002; GUEVARA, 2015).

Em relação ao mercado de trabalho, a lei 50/1990 iniciou um intenso processo de flexibilização de contratação temporária de trabalho, principalmente, mas também facilitou a demissão de

trabalhadores após dez anos de trabalho em troca de uma compensação. A reforma substituiu o sistema de “*cesantias*” anterior por um de poupança forçada em fundos de desemprego para novos trabalhadores, e permitiu a negociação entre a empresa e os trabalhadores antigos para transferi-los para o novo regime de troca de compensação. Nesse período, também foi assinada a Lei 550 de 1999, que serviu para suprimir inúmeras convenções coletivas e facilitar as demissões em massa. Um dos efeitos imediatos dessas mudanças foi o aumento da participação do emprego temporário no total do emprego urbano, que passou de 15,8% para 20% entre 1990 e 1997 (OCAMPO, 2015).

Para Moreno (2017), essa foi uma década na qual houve uma pressão inflacionária nos primeiros anos, a qual foi corrigida por políticas monetárias restritivas e resolvida com o esquema de metas de inflação, mas consolidou um padrão de desigualdade permanente, com altas taxas de juros e desemprego de dois dígitos, que enfraqueceu profundamente o poder de barganha do trabalho, como consequência da flexibilização do trabalho. Isso permitiu que a diferença entre produtividade e salários se expandisse significativamente, tornando a economia colombiana uma das mais desiguais do mundo.

- **Terceira etapa de consolidação neoliberal (2003 - 2018)**

O último período que teve início em 2003 e se estende até o presente, corresponde à fase de consolidação do modelo neoliberal, ao contrário de vários países da América Latina como Brasil, Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, que estabeleceram políticas econômicas e sociais que se distanciaram (alguns mais do que outros) das orientações dos organismos multilaterais e determinações dos grandes centros mundiais. A Colômbia, junto com México, Peru e Chile, entre outros, aprofundou as reformas de liberalização econômica por meio de acordos e planos multilaterais que determinaram o comportamento macroeconômico e do mercado de trabalho durante os últimos 15 anos. Tanto nos governos de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) e Juan Manuel Santos (2010-2018), a política econômica central foi a de adaptação da economia nacional às necessidades do capital financeiro internacional, exigindo o “máximo lucro possível com o risco mínimo”, o que foi chamado de “*Confianza Inversionista*” (SUAREZ, 2010).

Esta etapa coincide com uma forte expansão do ciclo do capital, com uma pequena interrupção durante a crise do Atlântico Norte (2008-2009), mas que retomou sua trajetória nos anos seguintes. Vinculado à fase crescente do ciclo de liquidez internacional, os preços das commodities registraram um boom nos preços elevados que se mantiveram até 2014, quando o preço do barril de petróleo caiu de cerca de US\$ 110 para menos de US\$ 40. Essas tendências realimentaram a dinâmica da financeirização em um contexto de altos investimentos (diretos e de portfólio) associados aos setores de mineração, petróleo e financeiro do país. O processo de globalização na Colômbia foi consolidado

com os Acordos de Livre Comércio (TLC) e a entrada do país na OCDE, ambos em 2018. Neste período, a Colômbia assinou uma série de "documentos estratégicos" (Plano Colômbia (2001), Acordos Estendidos com o FMI (1999, 2003 e 2005) e um documento com o BM que determinou sua "política econômica adequada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, modelada pelo FMI e administrada pelo Banco Mundial", que levou a economia nacional a ser um produto "*Made in USA*" a um estágio de "recolonização de uma nação estratégica de importância continental para os interesses dos Estados Unidos" (SUAREZ, 2010, p. 70).

Na política macroeconômica, destaca-se a flexibilidade da taxa de câmbio (desde 1999), que apresentou uma forte e constante valorização experimentada entre 2003 e 2014 pela entrada maciça de capital (IED, investimentos em carteira e endividamento externo). No cenário externo, a economia colombiana apresentou déficits em conta corrente muito significativos no balanço de pagamentos ao longo do período (em 2016 atingiu 7,5% do PIB, o maior da história), o que deteriorou a posição do investimento internacional da economia, acumulando crescentes passivos externos (estoques) que criam condições de instabilidade e permanente desequilíbrio externo e interno. As importações mais baratas afetaram ainda mais os produtores de bens comercializáveis, ampliando o processo de desindustrialização e perda da capacidade agrícola do país.

O crescimento do PIB e da demanda agregada permaneceram com características do *Stop and Go*, baseadas principalmente no boom dos preços das commodities. A inflação permaneceu baixa, até que em 2014 os preços do petróleo e de outras commodities despencaram, o que inevitavelmente gerou um processo de desvalorização e especulação da taxa de câmbio que acelerou a inflação entre 2015 e 2017. Em resposta, o BanRep aumentou a taxa de juros e a demanda agregada foi contraída, deteriorando a produção anêmica e o emprego precário (SUAREZ, 2010).

Em estudos recentes, a economia colombiana foi analisada como o exemplo de um processo macroeconômico conhecido como *Doença Holandesa Financeira (DHF)*, desenvolvido por Alberto Botta (2015a). Em Botta (2016) se apresentam evidências desse processo na Colômbia, aportando elementos sobre a instabilidade financeira e o desequilíbrio macroeconômico gerado pela acumulação de passivos e dívida externa durante este período, com características evidentes de um processo de DHF, que são agravados pelos ataques especulativos contra o peso colombiano que reforçam os movimentos voláteis da taxa de cambio. De fato, Gamboa (2016) apresenta evidências sobre operações de *Carry Trade* durante os anos 2007, 2008 e 2012.

Em relação ao mercado de trabalho, este foi o período em que houve maior flexibilidade de trabalho em profundas mudanças no Código do Trabalho (CST) e reformas constitucionais como as leis 789 de 2002 (Reforma do Trabalho) e a Lei 797 do mesmo ano (Reforma Previdenciária) que

trouxe maiores medidas de desregulamentação associadas a menores pagamentos de horas extras noturnas (somente após às 22h), feriados e indenizações e, ao mesmo tempo elevando a idade da aposentadoria e promovendo maiores valores nas contribuições previdenciárias. O Decreto 1233 de 2008, formaliza as Cooperativas de Trabalho Associado (CTA), que funcionam como empresas terceirizadas, o que legaliza o trabalho sem estabilidade e os direitos laborais, reduzindo os rendimentos do trabalho em 42% em relação que àquilo que recebem os trabalhadores contratados formalmente, já que as empresas não são obrigadas pela seguridade social (SUAREZ, 2010). No decreto 1210 de 2008, os artigos sobre a declaração de ilegalidade da greve foram modificados. Recentemente, no Decreto 583 de 2016, a figura do trabalhador terceirizado foi legalizada (inclusive em atividades fim) (AHUMADA, 2017)

3. EFEITOS NO MERCADO DE TRABALHO

Nesta seção, é feita uma análise descritiva das principais variáveis do mercado de trabalho na Colômbia⁷, com o objetivo de demonstrar que, tanto as reformas macroeconômicas, quanto as trabalhistas no período da globalização geraram menos empregos, cada vez mais informais e de menor qualidade, uma parcela crescente de empregados vulneráveis e subempregados, menores remunerações relativas e maior desigualdade.

No contexto internacional, a Colômbia apresenta os piores índices e indicadores trabalhistas quando comparada aos países da OCDE e a outros países da região. Por exemplo, apesar do fato da taxa de desemprego na Colômbia mostrar redução significativa de 15,6% em 2002 para 9,5% em 2018, os números mais recentes permanecem bem acima da média da OCDE (5,8%) (FEDESARROLLO, 2018) e levemente superior à média da América Latina (8,8%), segundo dados da OIT (2018). Embora, as diferenças mais notáveis entre a Colômbia e os outros países da OCDE não residam, entretanto, nos indicadores de participação, ocupação e desemprego do trabalho, mas sim naqueles que correspondem à informalidade.

Quanto à taxa de desemprego (total nacional), verifica-se que a proporção de desempregados sobre a força de trabalho total permaneceu alta durante os três estágios da globalização na Colômbia. A figura 1 mostra como, na década de 1980, a taxa de desemprego ficou na média de 11,4%, na década de 1990 em 10,8%, e na década seguinte a média subiu a uma taxa de 12,8%. O pico mais alto de desemprego no período analisado corresponde a dezembro de 2000, como resultado da crise econômica aguda vivida em 1999.

⁷ As estatísticas do mercado de trabalho na Colômbia baseiam-se em diferentes pesquisas que foram modificadas ao longo do tempo, o que dificulta a sua análise, interpretação e comparação. No entanto, em alguns casos, optou-se por comparar as taxas, apesar das bases das pesquisas serem diferentes (número de cidades). Em outros casos foram utilizados bancos de dados de pesquisadores que fizeram ajustes com rigor técnico, como Pulido (2011).

O comportamento do desemprego na Colômbia mostra que: 1) um elevado número de desempregados na economia, que é superior à média da região, 2) o desemprego é altamente sensível aos ciclos econômicos, dado que a taxa de desemprego cresce rapidamente a taxas elevadas em períodos de crise econômica, como meados da década de 1980 (década perdida) e, especialmente, no final dos anos 90 e início da primeira década do século XXI. 3) a taxa de desemprego no país tem uma elevada elasticidade aos ciclos econômicos e comporta-se de forma assimétrica, por exemplo, o desemprego aumentou de 8,7% em 1995 para 20,5% em 1999, isto é, ao longo de 5 anos cresceu cerca de 12 pontos percentuais, enquanto em recuperação, levou 14 anos (de 1999 a 2013) para retornar a uma taxa de 9,62%.

Como uma hipótese, pode-se dizer que a economia colombiana tem características de uma economia periférica, que mostra o comportamento caracterizado por um alto desemprego, elástico ao ciclo econômico e assimétrico em quanto as fases de deterioro/ recuperação. Isso poderia mostrar maior vulnerabilidade no mercado de trabalho ao longo da deterioração das condições econômicas externas e internas com base nos ciclos internacionais de capital (assimetria financeira), a incapacidade das autoridades econômicas para neutralizar esses impactos (assimetria macroeconômica) e efeitos setoriais e produtivos de uma divisão internacional do trabalho dominada por CGVs (assimetria produtiva), dentro de um novo padrão de acumulação de capital (financeirização).

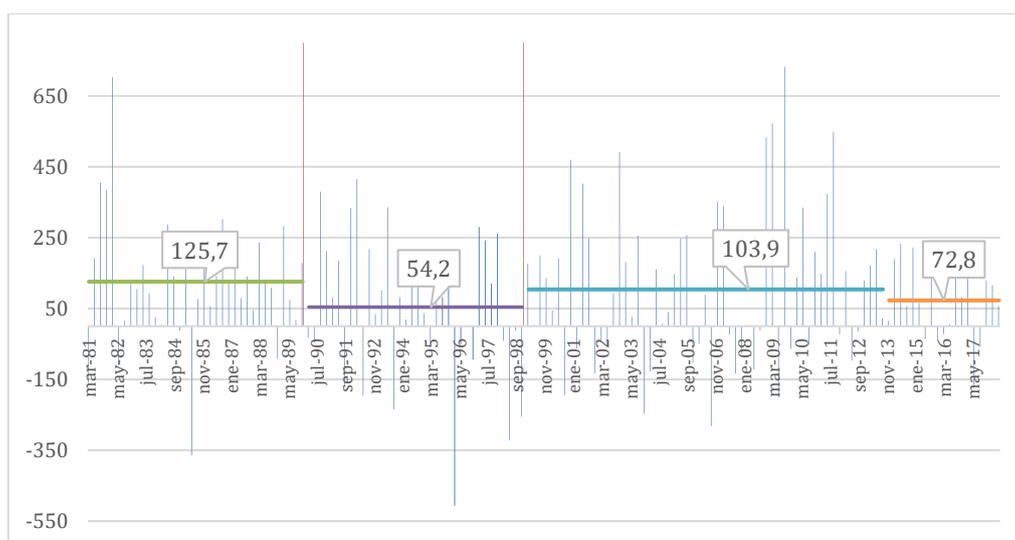
**Figura 1: Taxa de Desemprego (Total Nacional)
(1981-I a 2018-III)**



Fonte: Pulido (2011) e DANE (2018), elaboração própria.

A figura 2 mostra a criação de empregos trimestrais (diferença trimestre a trimestre). É evidente que a capacidade de geração de empregos passou de 125 mil por trimestre na década dos 80 para 54 mil na década de 90. Nas décadas seguintes houve recuperação na geração de empregos atingindo 103 mil por trimestre entre 1999 e 2013, no entanto, nos últimos anos (de 2014 a 2018), com uma taxa de crescimento econômico de menos de 2%, a criação de empregos foi consideravelmente reduzida para 72 mil por trimestre.

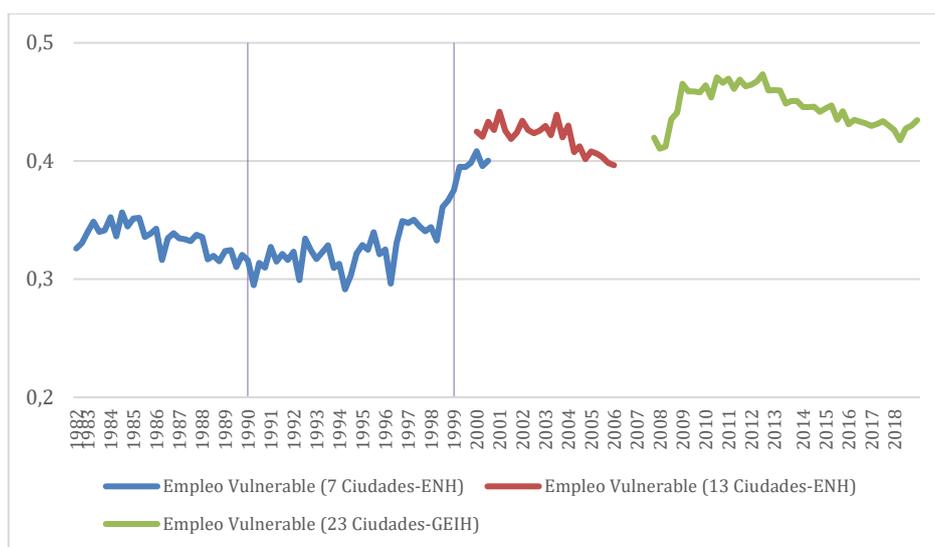
Figura 2: Criação de empregos por trimestre (Total Nacional) (1981-I a 2018-III)



Fonte: Pulido (2011) e DANE (2018). Elaboração própria.

A criação de emprego na Colômbia é feita cada vez mais em condições de vulnerabilidade, que provavelmente são empregos precários. A taxa de emprego vulnerável (trabalhadores por conta própria, trabalhadores domésticos e não assalariados sobre o total dos empregados) mostra uma tendência crescente ao longo do horizonte de tempo analisado (1982-I a 2018-III), partindo de 34% em 1982 para 43% em 2018 como é mostrado na Figura 3. Embora a série não seja contínua e a base da informação diferente (“*Encuesta Nacional de Hogares*” para 7 e 13 cidades, “*Gran Encuesta Integrada de Hogares*” para 23 cidades), se evidencia uma deterioração na geração de empregos. A taxa de emprego vulnerável cresceu significativamente (do nível de 32%, em meados da década de 1990, para um nível superior a 40% nas décadas seguintes), associada às leis de flexibilização trabalhista (lei 50/90, lei 789 / 03 e decretos 1233/08 e 583/16). Alterações do Código de Trabalho, com a criação das cooperativas de trabalho e, em seguida, com a legalização de várias figuras de terceirização, levando os trabalhadores, especialmente autônomos (28% da força de trabalho total) a condições precárias e informais. De fato, 80% dos trabalhadores autônomos são informais (DANE, 2018).

**Figura 3: Emprego Vulnerável
(1982-I a 2018-III)**

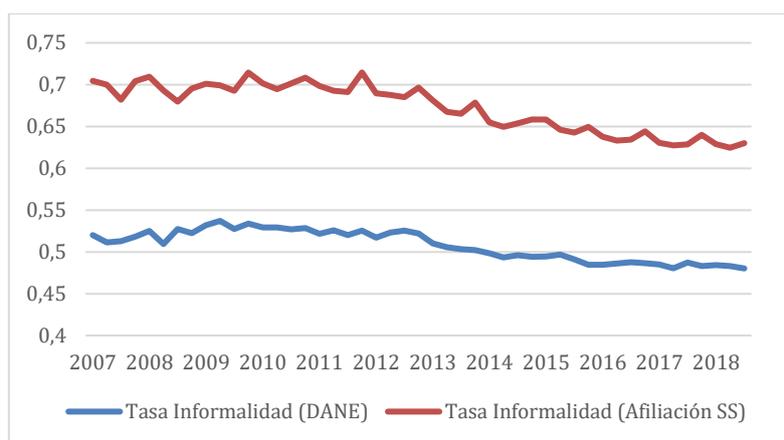


Fonte: DANE (2018) e DNP (2018). Elaboração própria.

Na Figura 4, se apresenta a trajetória das taxas de informalidade entre 2007-I a 2018-III, onde se observa que se reduz no período, mas ainda apresenta altos e persistentes patamares de informalidade. Se as taxas de informalidade forem analisadas de acordo com a definição do DANE (2018) (que depende da posição ocupacional), se vê que estas são mantidas em uma média de 50% durante este período, com lenta redução a partir de 2013. Os níveis de informalidade são críticos, se tomada como referência a filiação de trabalhadores à seguridade social (contribuintes do regime de previdência), pois isso levaria ao nível de 65% em média, entre 2007 e 2018, apesar das alterações nas leis trabalhistas que forçam os trabalhadores a pagar contribuições de saúde e pensão, inclusive se forem autônomos. Segundo a OIT em 1992, a taxa de informalidade na Colômbia era de 45% em 1992, depois cresceu para 55% em 2002 e começou a cair lentamente até atingir 47% em 2017. Ou seja, a persistência da informalidade do trabalho na Colômbia está em níveis semelhantes aos do início da década das reformas de flexibilização e terceirização do trabalho (OIT, 2018).

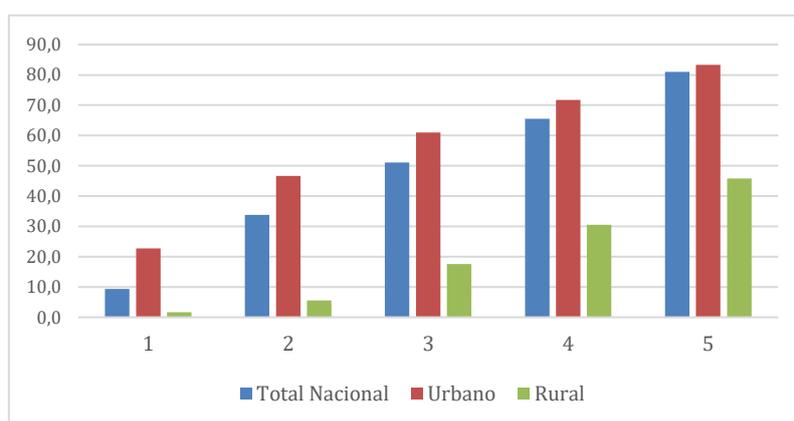
A figura 5 mostra a contribuição dos empregados para o sistema previdenciário por quintis e zonas (nacional, urbano e rural) em 2014. É evidente que a taxa de formalização é quase zero nos quintis de renda mais baixa, especialmente no setor rural (por exemplo, no quintil 1 deste setor, apenas 1,7% dos trabalhadores assalariados contribuíram). Isso pode significar que a taxa nacional de informalidade é muito maior do que aquela contada pelo DANE no GEIH de 23 cidades (figura 5). Em média, apenas 20% dos assalariados do setor rural contribuem para o sistema previdenciário, em contraste com 57% do setor urbano.

**Figura 4: Taxas de informalidade (GEIH -23 cidades)
(2007-I a 2018-III)**



Fonte: DANE (2018). Elaboração própria

Figura 5: Trabalhadores assalariados que contribuem para o sistema de pensões por quintis (2014)



Fonte: Elaboração própria, com base em CEPAL (2018)

Essa situação criou uma estrutura setorial de emprego altamente concentrada no setor de serviços, onde 64,3% da força de trabalho está empregada (2014). O setor agropecuário e a indústria reduziram consideravelmente sua participação para 36% (16% da agropecuária e 20% da indústria - incluindo a construção), quando no início dos anos 90 era próxima de 46% (26% agro e 21,6% indústria). Ao analisar a evolução do emprego setorial mais desagregada entre 2002 e 2017, o sector comercial empregava 27% em 2017 (vs 25% em 2002), a indústria -sem construção- emprega 11,8% (vs 13,4 em 2002) e construção 6,2% (vs. 4,8% em 2002). A estrutura setorial do emprego concentra-se em grande parte nos setores de comércio e serviços, enquanto a participação do emprego agrícola e industrial diminuiu significativamente (DANE, 2018).

A Figura 6 mostra a evolução dos salários reais mensais em pesos colombianos em 2008 por setores entre 1988 e 2017. É evidente que em todos os setores, exceto intermediação financeira e

serviços, os salários foram reduzidos. A crise de 1999 foi um ponto de inflexão que colocou os salários em um nível menor do que o apresentado nas décadas de 80 e 90. Em geral, os salários permanecem estáveis após a crise. A Tabela 1 mostra que o setor de intermediação financeira apresenta os maiores salários (COP \$ 1.476 mil), seguidos de serviços e transporte/comunicações (aproximadamente 1 milhão de pesos por mês). Os setores que mais reduziram os salários entre os períodos de 1990-1999 e 1999-2017 foram construção (31%), comércio (23%), transporte / comunicações (14%) e indústria (13%).

Por fim, ao analisar as taxas de subemprego (figura 7), observa-se uma tendência crescente, principalmente a partir de 1996, quando atingiu a média de 14% (entre 1984 e 1996). A partir desse ano, a taxa de subemprego subiu para 22% em 2000 e depois permaneceu em níveis médios de 30% entre 2001 e 2018. Em 2018, a taxa de subemprego era de 26,3%, e que a maioria (23%) do subemprego na Colômbia é dada por renda, isto é, por pessoas que querem ou buscam mudar sua situação atual de emprego, a fim de melhorar sua renda limitada (DANE, 2018).

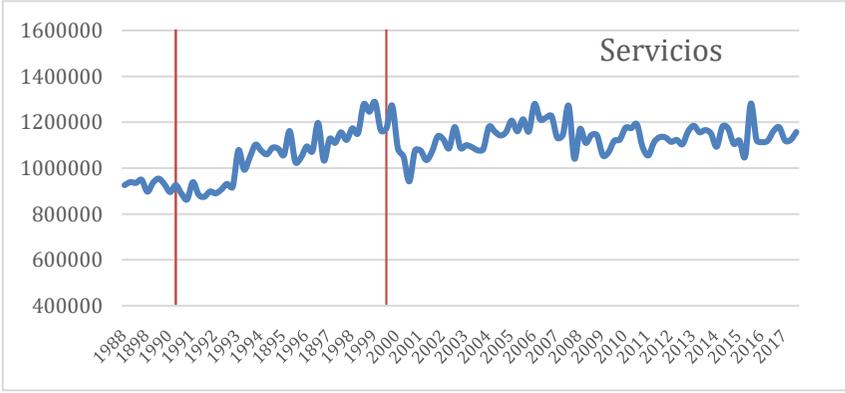
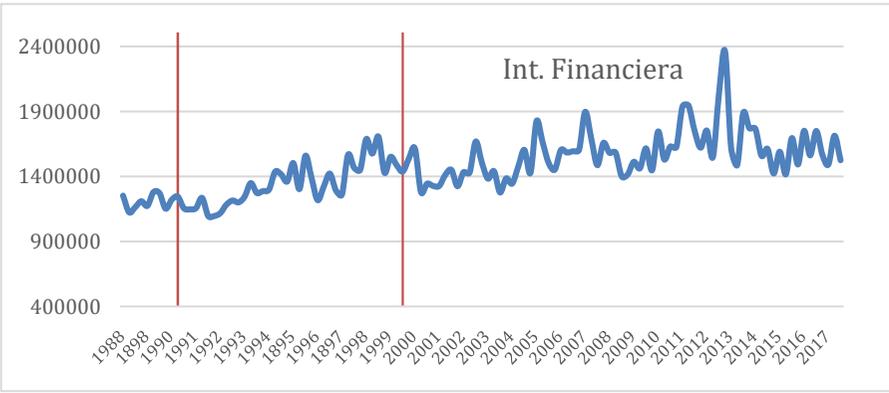
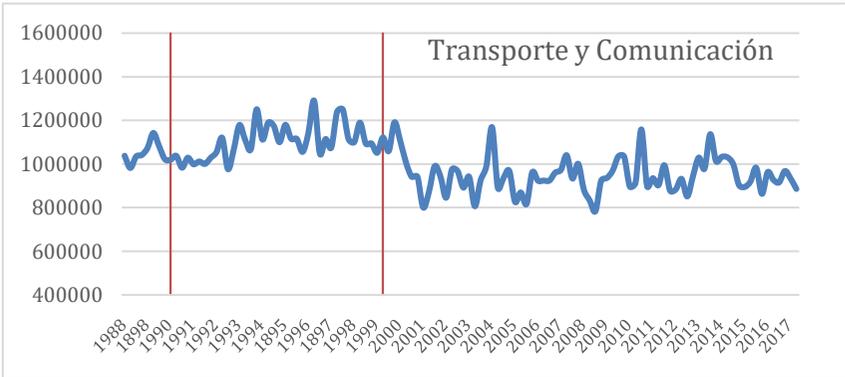
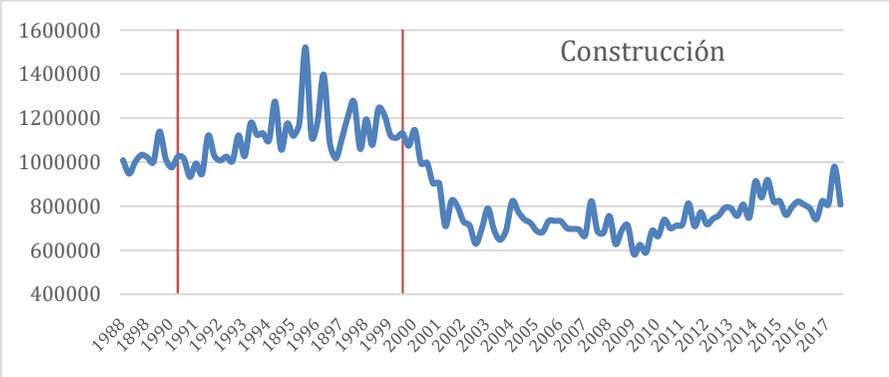
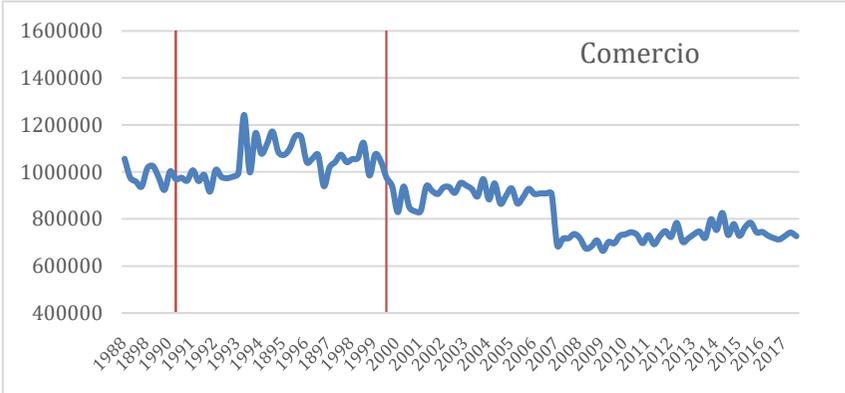
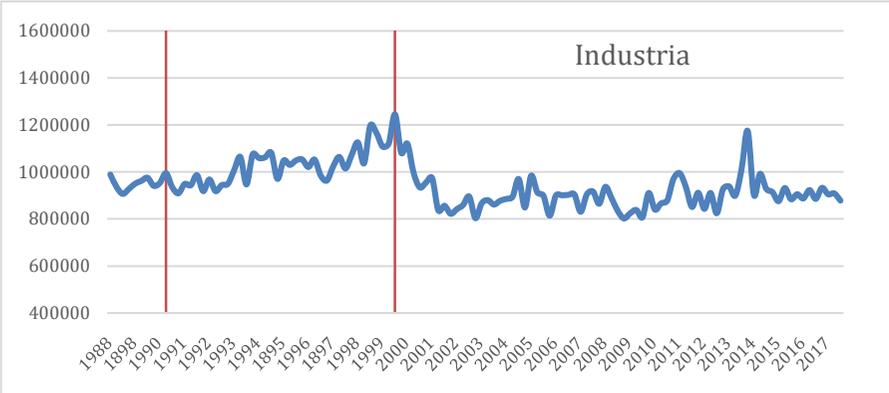
Tabela 1: Média dos salários reais mensais por setor (\$COP)

Período	Anos	Industria	Construção	Comercio	Int. Financeira	Trans/Comunicação	Serviços
1	1988-1990	949.637	1.021.677	992.357	1.210.310	1.051.937	933.722
2	1990-1999	1.023.932	1.116.463	1.039.641	1.337.555	1.100.155	1.048.869
3	1999-2017	903.792	766.380	801.249	1.579.633	948.371	1.135.382
4	1988-2017	946.872	899.073	892.623	1.476.537	1.005.089	1.094.439
(3-2)	Crescimento	-12%	-31%	-23%	18%	-14%	8%

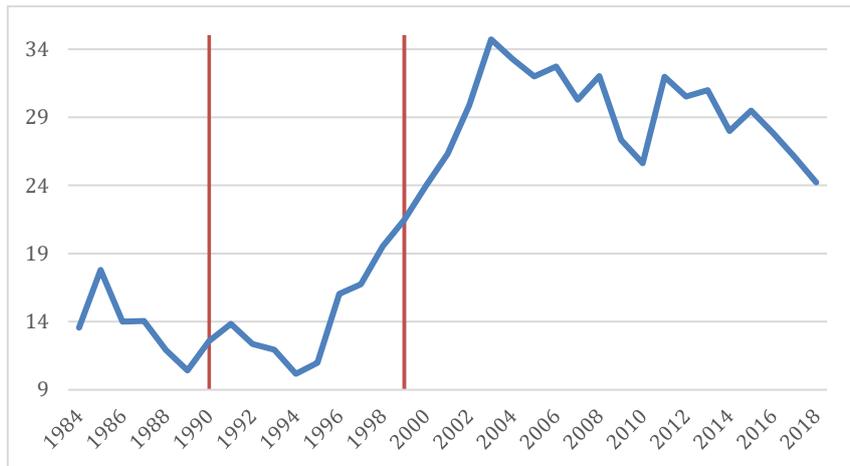
Fonte: Elaboração própria, em base DNP (2018).

Em suma, o mercado de trabalho na Colômbia mostra as seguintes características em sua trajetória histórica, especialmente após as reformas macroeconômicas de liberalização e flexibilização do trabalho: Há uma alta taxa de desemprego, que mostra uma alta elasticidade aos ciclos econômicos e assimetria no mercado de trabalho nos períodos de crise/recuperação; a criação de empregos trimestrais é cada vez mais reduzida e o emprego gerado, em alta proporção, é feito em condições de vulnerabilidade e precariedade, devido aos altos níveis de informalidade e auto-emprego, nos setores e serviços comerciais, mantendo-se altos índices de informalidade e subemprego, tornando o mercado de trabalho colombiano um dos mais precários da América Latina.

Figura 6: Salários reais mensais por setor econômico (1988-I a 20170V)



**Figura 7: Taxa de subemprego
(1984 - 2018)**



Fonte: Elaboração própria. DANE (2018) y DNP (2018).

Esse panorama de precarização no mercado de trabalho colombiano é condizente com a deterioração e a maior fragilidade das instituições e organizações dos trabalhadores, isto é, dos sindicatos. A flexibilização e desregulamentação trabalhista tem sido uma das causas mais importantes no enfraquecimento das estruturas sindicais e, portanto, das condições de trabalho no país. Assim, a segmentação do mercado de trabalho, a cultura e violência contra os sindicatos e repetidas violações dos direitos da liberdade de associação, impede a consolidação de organizações que representem os interesses dos trabalhadores. Por outro lado, a subcontratação afeta a capacidade dos trabalhadores de se organizar em sindicato, na medida em que se reduz o número de funcionários que podem negociar diretamente com a empresa.

De fato, de acordo com Urrutia (2016), a densidade sindical (trabalhadores sindicalizados sobre o total de ocupados) passou de 13,4% em 1965 para 4% em 2012. Para a OCDE (2016) a Colômbia está localizada na extremidade inferior entre os países membros dessa organização, no que se refere a densidade sindical, já que está abaixo dos dois países da América Latina que fazem parte dessa organização multilateral (Chile e México).

Como já foi mencionado, uma das principais causas de deterioração das condições de trabalho e do reduzido poder de barganha dos sindicatos (menor densidade sindical) é o fenômeno da terceirização. A contratação de empregos por meio de terceiros se espalhou fortemente nas últimas duas décadas. De fato, segundo Parra (2012), a proporção de trabalhadores indiretos – aqueles que trabalham para uma empresa diferente da que os

contrata – foi triplicada na indústria manufatureira colombiana. Para o ano de 2010, no caso das empresas de manufatura, 41% do emprego é temporário, entre os quais 58% são terceirizados. A remuneração dos trabalhadores temporários indiretos é, em média, 33% menor que a dos trabalhadores temporários diretos e 37% menor que a dos trabalhadores com contrato permanente (FEDESARROLLO, 2017).

4. EFEITOS NA DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA

O processo de globalização na Colômbia nas três etapas analisadas, as reformas de flexibilização da mão-de-obra e as mudanças no mercado do trabalho que apontam para uma maior precarização e desregulamentação, tiveram impactos na distribuição funcional da renda. Esta seção tem como objetivo analisar os efeitos da globalização e das políticas econômicas de liberalização econômica sobre o conflito distributivo entre o trabalho e o capital.

Os mecanismos teóricos (introdução) e as modificações da política econômica (seção 2) e do mercado de trabalho (seção 3) permitem resumir os efeitos das assimetrias financeiras, macroeconômicas e produtivas na distribuição da renda na Colômbia da seguinte maneira: o processo de globalização e financeirização, que liberalizou e desregulamentou os mercados financeiro, comercial e trabalhista, gerou maior concentração e centralização do capital ao mesmo tempo em que se estendeu aos ciclos internacionais de capitais dentro de um novo Sistema Monetário Internacional hierárquico, com livre mobilidade de capitais e taxas de câmbio flexíveis. Os períodos de abundância e escassez de capital internacional têm efeitos profundos sobre o comportamento das economias periféricas, gerando instabilidade e fragilidade financeira, desequilíbrios macroeconômicos e pressões na gestão autônoma das principais variáveis da política econômica, como a taxa de câmbio e a taxa de juros.

Os mecanismos de ajustamento aos choques externos das autoridades monetárias, dependendo do arranjo institucional estabelecido (no caso da Colômbia é o controle da inflação como objetivo central), tem consequências no conflito distributivo entre trabalho e capital. Os ciclos financeiros de expansão e recessão podem terminar em uma forte desvalorização do câmbio (através de um “efeito de manada” resultante da saída dos capitais ou restrições financeiras internacionais) que gera pressões inflacionárias (como aconteceu anteriormente nos choques 1984 e 1999 na Colômbia) e tem como resposta o aumento da taxa de juros pelo banco central, como ocorreu na Colômbia nos períodos de

crise econômica. Essa situação pode levar as empresas a ajustar suas margens de lucro, o que reduz os salários reais e a participação dos trabalhadores na renda nacional (MOORE, 1989 e PIVETTI, 2008). Da mesma forma, se o aumento das taxas de juros reduz a demanda agregada, e as empresas a diminuem o emprego, dessa forma o poder de barganha dos sindicatos será reduzido como resultado do aumento do desemprego e da maior flexibilidade e desregulamentação do mercado de trabalho, levando os salários crescer abaixo do nível da produtividade, reduzindo assim a participação dos trabalhadores na renda (MORENO, 2014).

Ou seja, o resultado é consequência das tensões distributivas no mercado de trabalho e no mercado de bens:

"Na primeira, é resolvido por meio de um processo de negociação entre as organizações de trabalhadores e os empregadores. Dependendo das condições institucionais e do grau de flexibilidade do mercado, os trabalhadores terão maiores ou menores graus de liberdade para fixar salários de acordo com as mudanças na produtividade "(MORENO, 2014, p. 17).

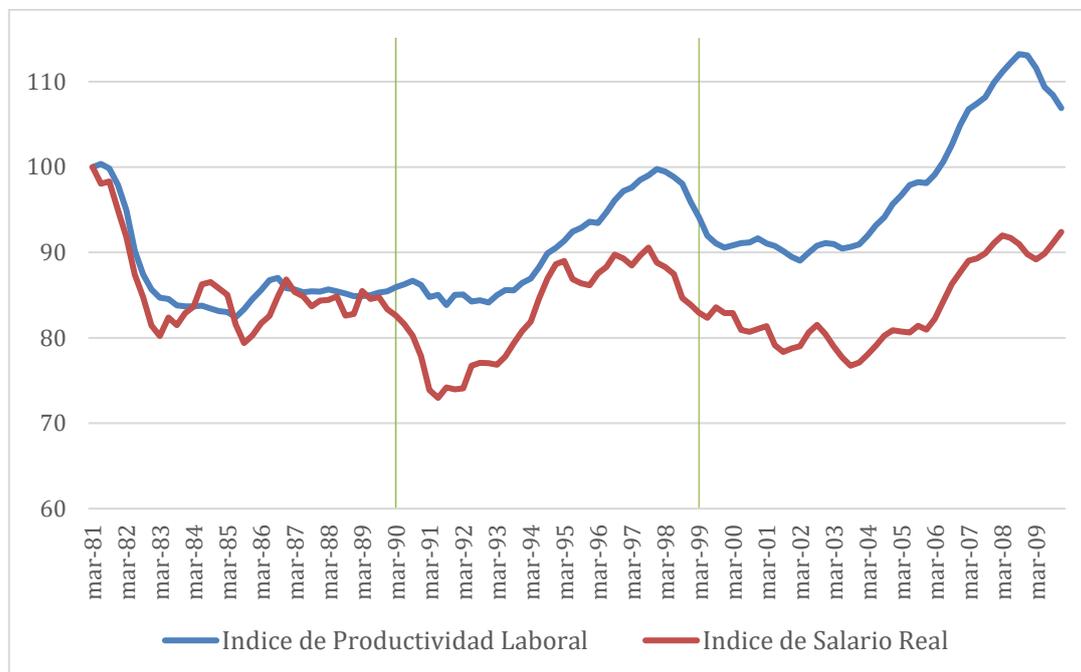
No segundo caso, dependerá do grau de monopólio das empresas, ou seja, da capacidade das firmas de ajustar preços e sua margem de lucro frente a mudanças exógenas que afetam seus custos variáveis, como aumentos na taxa de juros, desvalorizações e aumentos salariais (MORENO, 2014).

Para Moreno (2014), na "Colômbia as decisões do Conselho do Banco da República promoveram claramente um padrão regressivo de distribuição de renda em favor dos possuidores de riqueza" (MORENO, 2014, p. 32). No período de análise, foi possível demonstrar que a orientação das ações do Banco Central desde meados da década de 1970 (primeira etapa da financierização e globalização) se baseou na ideologia monetarista de controle da inflação por meio da manipulação de a oferta de dinheiro.

A desinflação na Colômbia foi alcançada graças ao aumento abaixo da produtividade dos salários reais dos trabalhadores por vários períodos, ao mesmo tempo em que o poder dos sindicatos foi progressivamente reduzido, como resultado da flexibilização da mão-de-obra e do surgimento de taxas de desemprego de dois dígitos, especialmente após a crise de 1999. A Figura 8 mostra a evolução dos índices de produtividade média do trabalho e do salário real da economia. Pode-se ver facilmente que durante a maior parte do período disponível, o salário real se manteve em um patamar abaixo do nível de produtividade. Os dados são uma contribuição de Pulido (2011), que levou em

consideração as mudanças metodológicas incorporadas pelo DANE e pelo Banco da República para o período 1981 a 2009.

Figura 8: Índice de Produtividade do Trabalho e Índice Salário Real (1981-I a 2009-IV, 1981 = 100)



Fonte: Pulido (2011)

Como é evidente na Figura 8, as taxas de produtividade e salários reais permaneceram próximos, mas a um patamar inferior, durante a década perdida dos anos 80 (primeira fase de globalização), quando teve uma queda de 36% da produtividade e uma redução dos salários de 48%, como consequência da crise econômica e das respostas contracionistas do *Banco da República* para combater a inflação.

Para o início da década de 90 (segunda fase de globalização), que coincide com reformas de abertura da economia e flexibilidade de trabalho, a diferença dos dois índices é estendida a mais do que 10 pontos percentuais em 1991. Entre 1993 e 1997 quando há um processo de expansão econômica em um contexto de abundância de capital internacional (reavaliação da taxa de câmbio e inflação baixa), isso não se reflete no crescimento da produtividade e dos salários. O primeiro cresce apenas 10%, enquanto os salários praticamente estagnaram por uma década. No final da década, há uma ligeira recuperação na produtividade, sem o mesmo comportamento dos salários.

Durante a recessão do final do século XX, o *Banco da República* avançou com uma forte política monetária contrativa para defender a banda cambial. A consequência

de altas taxas de juros e desinflação alterou profundamente o conflito distributivo. Desde então, os salários vêm crescendo abaixo da produtividade (38% vs. 24% no período), o que é reforçado e mantido durante o regime de metas de inflação.

O aumento da produtividade e os salários neste período (anos 2000) pode estar relacionado a um ciclo de capital levantado os preços das commodities expansionistas acompanhada por uma melhoria nos termos de troca, uma forte valorização da taxa de câmbio, o que aumentou artificialmente o salário real. No entanto, as reformas trabalhistas de flexibilização, desregulamentação e terceirização de trabalho, altas taxas de desemprego, maiores taxas de emprego vulnerável e subemprego, desindustrialização forte, regressão produtiva e concentração de emprego nos setores comercial e de serviços, em um contexto de doença holandesa financeira, deteriorou drasticamente o poder de barganha dos trabalhadores, ajustando a taxa de crescimento dos salários abaixo dos ganhos de produtividade.

Claramente, a política econômica na Colômbia durante a globalização contribuiu para a deterioração da distribuição funcional de renda contra os trabalhadores e a grande maioria da sociedade colombiana. Ao longo do período (1981-2009), os salários diminuíram 7% em termos reais e a produtividade cresceu apenas 5%. Como mostra a figura 9, a participação dos salários no PIB diminuiu desde meados da década de 1980, mostrou uma melhora no período de expansão de 92 para 97, permaneceu relativamente constante até a crise de 1999, quando começou um declínio acelerado até 2008. espera-se que o comportamento recente é a maior queda desde 2014 dos preços do petróleo despencaram, gerando uma forte desvalorização da taxa de câmbio (35% entre 2014 e 2017) e da inflação acima de entre 8 e 9% entre 2015 e 2016, que tinha uma política de contração resposta agressiva do *Banco da República* que aumentou as taxas de juro 4,5-7,5% no mesmo período.

**Figura 9: Wage Share Ajustado na Colômbia
(1981-I a 2009-IV)**



Fonte: Pulido (2011)

5. CONCLUSÃO

O processo de globalização na Colômbia significou mudanças profundas no mercado de trabalho e na distribuição funcional da renda. Ao longo das últimas 4 décadas, se deram 3 ondas de reformas de liberalização econômica e flexibilização trabalhista, as quais apresentam características próprias dos efeitos da globalização nas economias periféricas por meio as 4 esferas nesse texto analisadas: a financeirização, a assimetria financeira, a assimetria macroeconômica e a assimetria produtiva. Estes canais, em seu conjunto, permitem apontar elementos das causas da precarização no mercado de trabalho e da desigualdade no país.

Por meio de uma análise descritiva das principais variáveis do mercado de trabalho, foi possível demonstrar que tanto as reformas macroeconômicas, quanto as trabalhistas no período da globalização geraram menos empregos, cada vez mais informais e de menor qualidade, com uma parcela crescente de empregados vulneráveis e subempregados, com menores remunerações relativas e maior desigualdade. Essas condições deterioraram a distribuição funcional da renda ao reduzir a parcela dos salários no PIB, como resultado de um menor poder de barganha do trabalho que impede indexar o crescimento dos salários reais à produtividade do trabalho.

6. BIBLIOGRAFIA

- AHUMADA, Juan. Los trabajadores colombianos: entre la destrucción de la economía nacional y la normatividad neoliberal. *Revista Deslinde* No 60. Bogotá. 2017
- ANDRADE, R. P., & PRATES, D. M. Exchange rate dynamics in a peripheral monetary economy. *Journal of Post Keynesian Economics*, 35(3), 399-416. 2013
- BALTAR, P. E., & KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. *Caderno crh*, 26(68). 2013
- BARBA, A., & PIVETTI, M. Rising household debt: Its causes and macroeconomic implications—a long-period analysis. *Cambridge Journal of Economics*, 33(1), 113-137. 2008
- BELLUZZO, L. G.. *O capital e suas metamorfoses*. SciELO-Editora UNESP. 2016
- BELLUZZO, L. G., & TAVARES, M. C. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. *O Poder Americano, Editora Vozes*, pgs, 113-117. 2004
- BLECKER, R. A Open economy models of distribution and growth. *A modern guide to Keynesian macroeconomics and economic policies*, 215-39. 2011
- BLECKER, R.A. Open economy models of distribution and growth. *A modern guide to Keynesian macroeconomics and economic policies*, 215-39. 2012
- BOTTA, A. The macroeconomics of a financial Dutch disease. 2015
- BOTTA, A., GODIN, A., & MISSAGLIA, M. Finance, foreign (direct) investment and dutch disease: the case of Colombia. *Economia Politica*, 33(2), 265-289. 2016
- BRAGA, J. C., OLIVEIRA, G. C. D., WOLF, P. J. W., PALLUDETTO, A. W. A., & DEOS, S. S. D. For a political economy of financialization: theory and evidence. *Economia e Sociedade*, 26(spe), 829-856. 2017
- BRANCACCIO, E., & GARBELLINI, N. Currency regime crises, real wages, functional income distribution and production. *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, 12(3), 255-276. 2015
- CEDETRABAJO. El país que no quiere crecer. La situación del empleo de 2010 a 2016. *Actualidad Industrial* No 8. 2017
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Xamã. 1996
- COX, R. W., & WARTENBE, M. The Politics of Global Value Chains. In *The Political Economy of Robots* (pp. 17-40). Palgrave Macmillan, Cham. 2018
- DE CONTI, B. M., PRATES, D. M., & PLIHON, D. A hierarquia monetária e suas implicações para as taxas de câmbio e de juros e a política econômica dos países periféricos. *Economia e Sociedade*, 23(2), 341. 2014
- DE CONTI, B., & PRATES, D. The International Monetary System hierarchy: current configuration and determinants. In *The 28th Annual EAEPE Conference Manchester, UK* (pp. 03-05). 2016
- DE CONTI, B., BIANCARELLI, A., & ROSSI, P. Currency hierarchy, liquidity preference and exchange rates: a Keynesian/minskyan approach. *Congrès de l'Association Française d'Économie Politique, Université Montesquieu Bordeaux IV*. 2013
- DIWAN, I. *Debt as sweat: Labor, financial crises, and the globalization of capital*. Mimeo, The World Bank. 2001
- DÜNHAUPT, P. *The effect of financialization on labor's share of income* (No. 17/2013). Working Paper, Institute for International Political Economy Berlin. 2013

- FEDESARROLLO (2017). Evolución de la figura de tercerización laboral en Colombia. Informe Mensual del Mercado Laboral.
- FEDESARROLLO (2018). Colombia y OCDE en materia de mercado laboral. Informe Mensual del Mercado Laboral.
- GAMBOA-ESTRADA, F. A. Carry Trade y depreciaciones bruscas del tipo de cambio en Colombia. Borradores de Economía; No. 957. 2016
- GUEVARA, DIEGO A. *Auge de las finanzas y desigualdad en la distribución del ingreso. Un estudio desde la perspectiva de la financiarización para Colombia 1980-2008* (Doctoral dissertation, Universidad Nacional de Colombia-Sede Bogotá). 2015
- GUSCHANSKI, A., & ONARAN, Ö. Why is the wage share falling in emerging economies? Industry level evidence. 2017
- HARRISON, A.E Has globalization eroded labor's share? Some cross-country evidence. Mimeo, UC Berkeley. <http://wbln0018.worldbank.org/LAC/LACInfoClient.nsf/>. 2002
- HEIN, E. Shareholder value orientation, distribution and growth—short-and medium-run effects in a Kaleckian model. *Metroeconomica*, 61(2), 302-332. 2010
- HEIN, E. *The macroeconomics of finance-dominated capitalism and its crisis*. Edward Elgar Publishing. 2012
- HEIN, E., & VAN TREECK, T. Financialisation and rising shareholder power in Kaleckian/Post-Kaleckian models of distribution and growth. *Review of Political Economy*, 22(2), 205-233. 2010
- HIRATUKA, C., & SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política*, 37(1). 2017
- JAYADEV, A. Capital account openness and the labour share of income. *Cambridge Journal of Economics*, 31(3), 423-443. 2007
- KOHLER, K., GUSCHANSKI, A., & STOCKHAMMER, E. *The impact of financialisation on the wage share: a theoretical clarification and empirical test* (No. 1802). 2018
- LAPAVITSAS, C. Financialised capitalism: Crisis and financial expropriation. *Historical Materialism*, 17(2), 114-148. 2009
- LAZONICK, W. Profits without prosperity. *Harvard Business Review*, 92(9), 46-55. 2014
- LAZONICK, W., & O'SULLIVAN, M. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. *Economy and society*, 29(1), 13-35. 2000
- LEE, K. K., & JAYADEV, A. Capital account liberalization, growth and the labor share of income: Reviewing and extending the cross-country evidence. *Capital Flight and Capital Controls in Developing Countries*. Cheltenham: Edward Elgar, 15-57. 2005
- MINSKY, H. The Financial Instability Hypothesis. Levy Institute, Working Paper 74. 1992
- MISAS, G. *La ruptura de los 90 del gradualismo al colapso*. Univ. Nacional de Colombia. 2002
- MOORE, BASIL J. "The effects of Monetary Policy on Income Distribution", Edited by Paul Davidson and Jean Kregel, *Macroeconomics Problems and Policies of Income Distribution*, , Edward Elgar, Great Britain. 1989
- MORENO, ALVARO. *La política monetaria y la distribución funcional del ingreso: lo que usted quiso saber y no se atrevió a preguntar* (No. 012827). UN-RCE-CID. 2014
- MORENO, ALVARO. *Desigualdad y macroeconomía. Del conflicto armado al conflicto distributivo* (No. 015426). UN-RCE-CID. 2017
- OCAMPO, J. Una historia del sistema financiero colombiano. *El Tiempo Casa Editorial para AsoBancaria y la Revista Portafolio*. 2015

- OECD (2016). *OECD Reviews of Labour Market and Social Policies: Colombia 2016*, OECD Publishing, Paris.
- OIT (2018). *Políticas de Formalización en América Latina: Avances y Desafíos*.
- ONARAN, O. Wage share, globalization and crisis: the case of the manufacturing industry in Korea, Mexico and Turkey. *International Review of Applied Economics*, 23(2), 113-134. 2009
- ONARAN, Ö., & GUSCHANSKI, A. The causes of falling wage share: sectoral and firm level evidence from developed and developing countries—what have we learned?.. 2018
- PANICO, C., PINTO, A., & ANYUL, M. P. Income distribution and the size of the financial sector: a Sraffian analysis. *Cambridge Journal of Economics*, 36(6), 1455-1477. 2012
- PARRA, M., “Trabajo temporal e indirecto: la pieza que faltaba para entender el mercado laboral colombiano”. 2012
- PIVETTI, MASSIMO. Interest and Inflation: some critical notes on the New Consensus Monetary Policy Model”, mimeo. 2008
- PRATES, D. M. As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional. *Revista de economia contemporânea*. 2005
- PULIDO, P JOSÉ D. Análisis de estabilidad a partir de la estimación de un modelo de desequilibrio keynesiano para la economía colombiana, Tesis de Maestría en Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá-Colombia. 2011
- REY, H. Dilemma not trilemma: the global financial cycle and monetary policy Independence. NBER Working Paper 21162. 2015
- SARMIENTO, E. Distribución del ingreso con crecimiento es posible. *Escuela Colombiana de Ingeniera Julio Garavito, Bogotá*. 2014
- SERFATI, C. Financial dimensions of transnational corporations, global value chain and technological innovation. *Journal of Innovation Economics & Management*, (2), 35-61. 2008
- SERFATI, C. Transnational corporations as financial groups. *Work Organisation, Labour and Globalisation*, 5(1), 10-38. 2011
- STOCKHAMMER, E. *Determinants of functional income distribution in OECD countries* (No. 5/2009). IMK Study. 2009
- STOCKHAMMER, E. Financialization and the global economy. *Political Economy Research Institute Working Paper*, 242. 2010
- STOCKHAMMER, E. Rising inequality as a root cause of the present crisis. *Political Economy Research Institute Working Paper*, 282. 2016
- Stockhammer, E. Determinants of the wage share: a panel analysis of advanced and developing economies. *British Journal of Industrial Relations*, 55(1), 3-33. 2017
- SUÁREZ, A. La tercera oleada neoliberal o quién pagará la crisis. *El Tiempo*. 2015
- SUAREZ, A. *Confianza inversionista: economía colombiana, primera década del siglo XXI*. Ediciones Aurora. 2010
- TORI, D., & ONARAN, Ö. Financialisation and physical investment: a global race to the bottom in accumulation?. 2017
- UNCAD. *Trade and Development Report 2017*. 2017
- URRUTIA, M. *Historia del sindicalismo en Colombia, 1850-2013*. Bogotá: Universidad de los Andes. 2016